



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7779

**Presidente da Mesa Diretora:** Valcir Soares da Silva

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Diversos

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 22/03/2011

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 34/2011. Dispõe sobre a ratificação do Termo de Confissão de Parcelamento de Débito, firmado entre o Município de Montes Claros e a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM. (Referente à Lei nº 4.327, de 07/04/2011).

**Controle Interno – Caixa:** 9.4

**Posição:** 30

**Número de folhas:** 09

---

Espécie: PL  
Categoria: Diversa  
Cl: 9.4  
Ordem: 30  
nº fls: 01



26/2011

05.04.2011

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 34/2011

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Ratificação do Termo Firmado com a Fundação Estadual  
do Meio Ambiente.

### MOVIMENTO

Entrada em 22/03/2011

Comissão de legislação e Justiça e Meio Ambiente.

- 1 -
- 2 - APROVADO EM 1ª EM 29.03.2011.
- 3 - APROVADO EM 2ª EM 05.04.2011.
- 4 - URBEN CIA EM 05.04.2011.
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

PROJETO LEI Nº. **34**

DE 18 DE MARÇO DE 2011.

*“DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DO TERMO  
FIRMADO COM A FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO  
AMBIENTE - FEAM”.*

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** – Fica ratificado o TERMO DE CONFISSÃO DE PARCELAMENTO DE DÉBITO, texto anexo, firmado entre o Município e a Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM.

**Art. 2º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de março de 2011.

Montes Claros, 18 de março de 2011.

**Luiz Tadeu Leite**  
**Prefeito Municipal**



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 22 DE MARÇO DE 2011  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
À COMISSÃO DE MEIO AMBI  
ENTE  
EM 22 DE MARÇO DE 2011  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR  
\_\_\_\_\_  
EM 29 DE MARÇO DE 2011  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 05 DE ABRIL DE 2011  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE

## TERMO DE CONFISSÃO E DE PARCELAMENTO DE DÉBITO

Processo de Execução Judicial Nº :

Processo Administrativo : 17378/2005/001/2005

<b>Número do Auto de Infração</b> 15392/2005 <b>Data da Emissão:</b> 19/09/2005 <b>Data do Vencimento:</b> 19/10/2005 <b>Valor devido Atualizado:</b> R\$ 93.402,60 <b>Número de parcelas:</b> 50 <b>Valor da parcela:</b> R\$ 1.868,05 <b>Data do início:</b> 31/03/2011 <b>Data da Última Parcela :</b> 31/05/2015 <b>Valor de Honorários : R\$ 9.340,26</b> <b>Número de Parcelas : 50</b> <b>Valor da parcela:</b> R\$ 186,80	<b>Devedor:</b> Prefeitura Municipal de Montes Claros <b>Empreendimento :</b> Depósito de Lixo <b>CPF/CGC:</b> 22.678.874/0001-35 <b>Endereço:</b> Av Cula Mangabeira nº 211 <b>Bairro :</b> Expedito <b>Cidade :</b> Montes Claros - MG <b>CEP:</b> 39.401-022 <b>Contato:</b> Carlos Fernando Valladares Roquette Assessor Juridico <b>Telefone :</b> (38) 3212-3666
---	---

### QUALIFICAÇÃO DAS PARTES:

**CREDOR :** FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – FEAM

**DEVEDOR :** Prefeitura Municipal de Montes Claros, CNPJ n.º 22.678.874/0001-35, com sede à Av Cula Mangabeira nº 211 – Expedito - Montes Claros - MG, neste ato representado pelo Sr(a) Luiz Tadeu Leite(prefeito), portador(a) do CPF nº 139.916.806-10.

Por este instrumento particular, o autuado acima qualificado, assina o presente TERMO DE CONFISSÃO E PARCELAMENTO DE DÉBITO, regido pelas condições a seguir discriminadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - CONFISSÃO DE DÍVIDA:** O DEVEDOR se confessa devedor, em favor do CREDOR, da quantia acima indicada, calculada na forma demonstrada acima, referente a multa ambiental aplicada pela FEAM, em decorrência de infração às normas de proteção ao meio ambiente, e R\$ 9.340,26 (nove mil trezentos e quarenta reais e vinte seis centavos), referente aos honorários advocatícios no percentual de 10%(dez por cento), será depositado na conta bancária a seguir discriminada :

I – O valor de R\$ 9.340,26 poderá ser parcelado em 50 parcelas de R\$ 186,80 (cento e oitenta seis reais oitenta centavos) será depositado na conta bancária a seguir discriminada:

**BANCO DO BRASIL – AGÊNCIA : 1615-2(Agência do Governo)**

**AGE HON**

**CONTA : 8158-2**

**CNPJ : 16.745.465/0001-01**

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A presente confissão de débito, efetuada nos termos dos artigos 348, 353 e 354 do Código de Processo Civil, é irrevogável e irretratável, implica no reconhecimento do débito respectivo, na desistência a defesa ou recurso a ele relacionados e na renúncia a eventual ação mediante a qual o infrator discuta o débito.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Até o seu integral pagamento, a dívida estará sujeita a atualização monetária pelos índices divulgados pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais e a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, quando for o caso.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os valores pagos pelo DEVEDOR serão amortizados do saldo devedor.

**CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DE PAGAMENTO:** O débito confessado será pago em **50 (sessenta) parcelas** mensais e sucessivas, com vencimento fixado a partir da assinatura do presente termo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O valor de cada parcela corresponderá ao resultado da divisão do valor atualizado do saldo devedor (na forma da cláusula segunda, inclusive com o cômputo dos juros de mora) pelo número de parcelas ainda pendentes de pagamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O pagamento das parcelas será feito em espécie, através de documento de arrecadação estadual – DAE, perante instituições financeiras credenciadas;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O DEVEDOR se compromete a remeter cópia dos comprovantes de pagamento efetuados ao CREDOR ou a quem este indicar.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Eventuais antecipações de pagamento não desobrigarão o DEVEDOR das prestações subseqüentes na forma e prazos ora estipulados.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Caso não haja expediente bancário na data estipulada para pagamento, o vencimento considerar-se-á prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

**CLÁUSULA QUARTA - IMPONTUALIDADE:** No caso de impontualidade IGUAL OU INFERIOR A TRINTA DIAS no pagamento de qualquer das parcelas previstas neste instrumento, o DEVEDOR pagará multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela em atraso.

**CLÁUSULA QUINTA - DESCUMPRIMENTO:** O presente parcelamento será considerado descumprido, independentemente de qualquer aviso ou notificação, e a dívida será exigível no seu todo, conforme reconhecida e confessada na CLÁUSULA PRIMEIRA, na hipótese de não pagamento:

- a) da primeira parcela no prazo estipulado neste instrumento;
- b) de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não;
- c) de qualquer parcela, se decorrido o prazo final do parcelamento.

**CLÁUSULA SEXTA:** Qualquer tolerância, por parte do CREDOR, em decorrência do não cumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste instrumento, em especial, em caso de vir a receber os pagamentos das prestações fora do prazo fixado, será admitido como ato de liberalidade, não se constituindo em novação ou procedimento invocável pelo DEVEDOR.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Faculta-se a qualquer das partes juntar uma cópia do presente instrumento ao processo de execução fiscal respectivo e requerer a suspensão do mesmo, nos termos do artigo 792 do Código de Processo Civil.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A suspensão da execução não importará na liberação de nenhuma das garantias existentes, nem na desconstituição das penhoras já efetivadas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O DEVEDOR desistirá de eventuais embargos em trâmite, arcando com as respectivas despesas processuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O CREDOR, após o pagamento integral da dívida, incluindo honorários advocatícios e custas processuais, se compromete a requerer a extinção da



execução, condicionada esta ao pagamento pelo DEVEDOR das custas e demais despesas processuais eventualmente pendentes de pagamento.

Será juntada uma cópia do presente instrumento ao processo de cobrança administrativa respectivo, e, caso não seja cumprido o parcelamento do débito, este será inscrito imediatamente em dívida ativa e promovida a execução judicial.

**CLÁUSULA OITAVA:** As partes declaram que firmam o presente termo de confissão e parcelamento de débito, sem ânimo de novar a dívida confessada na CLÁUSULA PRIMEIRA.

**CLÁUSULA NONA:** Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente decorram do presente contrato, o foro competente é o da Comarca de Belo Horizonte/MG.

E, por estarem de perfeito acordo, assinam este instrumento, na presença de duas testemunhas, ficando cada parte com uma via assinada, de igual teor.

Belo Horizonte, 16 de março de 2011.

---

DEVEDOR

Nome:

CPF

---

CREDOR

Nome:

CPF

TESTEMUNHAS:

---

Nome:

CPF:

---

Nome:

CPF :



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

Montes Claros (MG), 18 de março de 2011.

Exmo. Sr.

Vereador Valcir Soares Silva

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP- 505 /2011

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que “*DISPÕE SOBRE A RATIFICAÇÃO DO TERMO FIRMADO COM A FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM*”.

O presente Projeto de Lei, visa ratificar termo firmado com a Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM.

Em razão da necessidade de efetivação da pretendida ratificação, solicitamos que o Projeto de Lei ora encaminhado seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

*Luiz Tadeu Leite*  
*Prefeito Municipal*







# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 034/2011 QUE “Dispõe sobre a Ratificação do Termo Firmado com a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM.” de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei Complementar à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, tendo em vista que compete ao Executivo a iniciativa de projetos versando sobre questões financeiras, como no caso presente firmar termo de confissão e parcelamento de débito. Por outro lado, compete à Câmara a autorização para firmar o referido termo, nos termos do inciso VI do Art. 40 da LOM.

O mesmo se diga em relação ao seu objetivo, ou seja, não se vê nenhuma ilegalidade no referido projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 23 de março de 2011.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 34/2011**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Dispõe Sobre a Ratificação do Termo Firmado com a Fundação Estadual do Meio Ambiente.**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 22/03/2011, com entrada na Sala das Comissões no dia 23/03/2011.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O presente projeto tem como objetivo ratificar o Termo e Confissão e de Parcelamento de Débito firmado com a Fundação Estadual do Meio Ambiente e o Município de Montes Claros, no Processo Administrativo nº 17378/2005/001/2005.

Conforme o Termo de Confissão e de Parcelamento de Débito, ora encaminhado, o Município se confessa devedor de R\$ 93.402,60 (noventa e três mil, quatrocentos e dois reais e sessenta centavos), referente a multa ambiental aplicada pelo FEAM, em decorrência de infração às normas de proteção do meio ambiente, e R\$ 9.340,26 (nove mil, trezentos e quarenta reais e vinte e seis centavos), referentes a honorários advocatícios, débitos que serão pagos nas condições fixadas no referido Termo.

De acordo com a Lei Orgânica Municipal, art. 40, inciso VI compete à Câmara Municipal autorizar a realização de empréstimo, operação ou acordo externo de qualquer natureza, de interesse do Município

Entretanto, a Comissão verifica que a ratificação legislativa solicitada é referente à minuta do referido Termo, tendo em vista que o mesmo não se encontra assinado pela partes interessadas.

**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 25 de março de 2011.

Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá :

Vice- Presidente: Ver. Athos Mameluke Mota:

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

*A. Silva*  
*[Assinatura]*  
*[Assinatura]*